



PRIMEIRAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA (1870 - 1940)

Rafaely Karolyne do Nascimento Campos¹ - UFS

Ana Lúcia da Silva Pereira² - UFS

Grupo de Trabalho – História da Educação
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O propósito deste artigo é refletir sobre o percurso da educação infantil no Brasil entre os anos de 1870 a 1940, a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema. Escolhemos este recorte temporal por corresponder ao período de surgimento e difusão de diferentes instituições de atendimento à infância no Brasil. Fundamenta-se na história da Educação Infantil no Brasil, discutindo o processo de criação das primeiras instituições pedagógicas ocorridas entre o século XIX e meados do século XX. Dialogamos com autores como Moysés Kuhlmann Jr (1999, 2010, 2011), Kramer (1998), Kishimoto (1988), Oliveira (2002), dentre outros. As instituições pré-escolares surgem no Brasil mediante a necessidade de atendimento assistencialista para a criança e sua família, como resultado da articulação de interesses políticos, médicos, pedagógicos, religiosos. Pesquisadores da área focalizam que as instituições de educação da criança estão em estreita relação com a história da infância e da família, da constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da industrialização, das mudanças na organização familiar, da participação da mulher no mercado de trabalho. Concluímos por fim, que a trajetória da educação infantil no Brasil é marcada por divergências de concepções no que se refere às funções exercidas nas instituições de atendimento à infância. Para a elite, jardins de infância com finalidades educativas priorizando o desenvolvimento integral da criança, já para as camadas populares, instituições de atendimento pautadas na educação moralizante. É notável nos diferentes discursos referentes as diversas propostas para a educação da infância brasileira sempre alegaram levar em conta as necessidades da criança, priorizando o desenvolvimento do indivíduo, quer seja uma educação moralizante, quer seja uma educação para a emancipação.

Palavras-chave: Brasil. Criança. Educação. Educação Infantil. Infância.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. (PPGED-UFS). Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe (IFS). E-mail: rafaely.karolyne@ifs.edu.br

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estagiária do Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. E-mail: anillucy@hotmail.com.

Introdução

As instituições educacionais para atendimento à criança pequena são relativamente recentes em nosso país. Elas surgem durante a primeira metade do século XIX, em diversos países europeus e diante da expansão das relações internacionais chegam ao Brasil, na segunda metade do século XIX, na década de 1870.

A história das instituições de atendimento à infância é fruto de problemas políticos, econômicos e sociais que atingiram o Brasil nesse período e provocaram as condições históricas para a existência de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, surgindo no país a necessidade de atendimento assistencialista para a criança e sua família, como resultado da articulação de interesses políticos, médicos, pedagógicos, religiosos, dentre outros.

Pesquisadores da área focalizam que as instituições de educação da criança estão em estreita relação com a história da infância e da família, a constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da industrialização, das mudanças na organização familiar, da participação da mulher no mercado de trabalho, do desemprego.

O propósito deste artigo é refletir sobre a trajetória da educação infantil no Brasil entre os séculos XIX e XX, mais especificamente nos anos de 1870 a 1940. Escolhemos este recorte temporal por corresponder ao período de surgimento e difusão de diferentes instituições de atendimento à infância no Brasil.

São reflexões que não pretendem apresentar uma síntese sobre a história da educação da infância brasileira, mas expor um panorama de abordagens relativas à educação da criança, consideradas como um sujeito histórico e social.

Instituições de atendimento à infância: primeiras iniciativas

As primeiras instituições de atendimento à infância surgiram na França, no final do século XVIII, em 1769, com a criação da escola de principiantes ou escola de tricotar, criada por Friedrich Oberlin. A instituição tinha por objetivo atender crianças pobres e/ou órfãs, e também filhos de operários, que ficavam nas ruas, enquanto seus pais trabalhavam. Na escola de tricotar, as crianças menores brincavam e as maiores aprendiam tricô e costura, aulas de canto, matemática e ciências, dentre outras atividades. Apesar do caráter assistencialista da

instituição, a creche apresentava uma perspectiva pedagógica, propondo atividades educativas e formadoras de hábitos e atitudes.

No decorrer da primeira metade do século XIX surgem outras instituições de atendimento à infância em outros países europeus, porém as mais difundidas foram as creches, os jardins de infância de Froebel e as salas de asilo, chamadas posteriormente de escolas maternas.

As instituições pré-escolares surgem no Brasil mediante a necessidade de atendimento assistencialista para a criança e sua família. Segundo Kuhlmann Jr (2011), até 1874 só havia institucionalmente a Casa dos Expostos ou Roda para atendimento à criança abandonada:

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (KUHLMANN JR, 2011, p. 473)

Conforme o autor, a ênfase naquele momento seria no suporte às famílias pobres, com a finalidade de evitar que estas abandonassem seus filhos naquelas instituições. Como declara Kuhlmann Jr, (2010, p.78), a creche “foi vista como muito mais do que um *aperfeiçoamento* das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.”.

Com esse intuito, a “proteção à infância” é o novo motor que impulsiona o surgimento de associações e instituições para cuidar da criança, orientadas a combater as altas taxas de mortalidade infantil, criando entidades de amparo para proteger e guardar a criança. São educadores, médicos, industriais, juristas, políticos que se articulam em função da criação de instituições e associações que dessem atendimento amplo à criança.

No que diz respeito à ação dos saberes médico-higienista nas questões educacionais, Kuhlmann Jr (2010) declara que nos anos de 1870 com o avanço dos conhecimentos sobre micro-organismos e doenças, difundiram-se medidas de prevenção de doenças, o que favoreceu o combate à mortalidade infantil. Nesse período os médicos ganham um papel de destaque nas discussões sobre a criança. Como afirma Kuhlmann Jr (2010, p. 90) “ os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil”.

Segundo Kuhlmann Jr (2011), em 1879 no Rio de Janeiro foi lançado um jornal chamado A Mãe de Família, tendo como redator principal o Dr. Carlos Costa, médico especialista em moléstias das crianças. O público-alvo do jornal seriam as mães burguesas e as senhoras fluminenses. O primeiro artigo do jornal “A Creche (asilo para a primeira infância)” faz referência à primeira creche de que se tem registro em nosso país. O mesmo chama a atenção da população brasileira para a importância da instituição, especialmente para as mães de família que necessitassem trabalhar e não tinham a quem confiar seus filhos.

Em 1899 fundou-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, tendo como principais objetivos os serviços de puericultura e creche, destacando-se a distribuição de leite, consulta a lactantes, vacinação, etc. Nesse mesmo ano, ocorria a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, primeira creche brasileira para filhos dos operários, também no Rio de Janeiro.

Como afirma Kramer, (1998, p.23) “eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores”. Assim, as creches cumpriam a função de apoio à família, assumindo a finalidade de “guardar” a criança.

As salas de asilo francesas foram criadas com a finalidade de fornecer cuidados e educação moral e intelectual às crianças. “(...) o seu papel não foi somente o de guardar a pequena infância popular, mas, em nome de um projeto educativo, de disputar esta clientela às guardiãs de quarteirão” (KUHLMANN JR, 2001, p. 8). O objetivo era retirar as crianças das ruas, protegê-las dos perigos citadinos e em seguida oferecer-lhes o desenvolvimento da inteligência e dos bons costumes.

Com base em Kishimoto (1988), as escolas maternas surgiram na França em 1848, o objetivo da época era substituir o termo sala de asilo e alterar a proposta de atendimento para as crianças pobres. A escola maternal deveria ser uma instituição que priorizasse a proposta froebeliana, ao contrário do que vinha sendo realizado, atendimento precário e cansativos exercícios de escrita para as crianças. Conforme a autora, apesar da proposta de alteração, a tradição do termo sala de asilo permaneceu e a nova proposta de atendimento também não se aplicou. A primeira escola maternal brasileira é criada em São Paulo, em 1908, com o objetivo de atender os filhos dos operários.

As crianças da elite seriam educadas em instituições denominadas jardins de infância considerados o símbolo do progresso e civilização na Europa. De acordo com Kishimoto (1988), o jardim de infância era uma instituição infantil com finalidades educativas criada por Frederico Guilherme Froebel, em 1840 na Alemanha, fazendo referência ao jardineiro que cuida da planta desde pequenina para que ela cresça bem, visto que os primeiros anos da criança são considerados fundamentais para o seu desenvolvimento.

O jardim de infância ou *Kindergarten* destinava-se a educação de crianças de 3 a 7 anos, nestes espaços as crianças desenvolveriam atividades que envolviam cuidado com o corpo, observação da natureza, aprenderiam poesia e canto, trabalhos manuais, receberiam formação moral e religiosa, dentre outras atividades. Tais atividades tinham por objetivo estimular o desenvolvimento integral da criança, ajustando-se aos princípios educativos, priorizando o lúdico, uma proposta exclusivamente pedagógica para o atendimento da criança.

Sobre a difusão dos jardins de infância, Oliveira expõe o que favoreceu as discussões sobre o atendimento à infância nessa proposta de instituição:

[...] o projeto social de construção de uma nação moderna, parte do ideário liberal presente no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados, pelas elites do país, os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados no centro das transformações sociais ocorridas na Europa e trazidos ao Brasil pela influência americana e europeia. O jardim-de-infância, um desses “produtos” estrangeiros, foi recebido com entusiasmo por alguns setores sociais. (OLIVEIRA, 2002, p.92).

Segundo Kuhlmann Jr, (2010, p. 81) utilizava-se o termo pedagógico para diferenciar as instituições e o público que por elas seriam atendidos, “(...) a utilização do termo pedagógico como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com os asilos e creches para os pobres”.

Assim, em 1875, é fundado o primeiro Jardim de infância fundando no Rio de Janeiro. O jardim de infância do Colégio Menezes Vieira era uma instituição particular de atendimento às crianças da elite carioca. Dois anos depois, em 1877, foi fundada na escola americana, o primeiro jardim de infância em São Paulo, instituição também particular referenciada pelo modelo educacional norte-americano, *kindergarten*. Os primeiros jardins de infância brasileiros estavam pautados na concepção froebeliana na organização de suas práticas pedagógicas e contribuíram para a implantação do primeiro jardim de infância público do

país. Em 1896, no período republicano é criado em São Paulo, o primeiro jardim de infância público anexo à Escola Normal Caetano de Campos.

Nesse contexto, percebemos a influência de diversos países na implantação das instituições de atendimento à criança no Brasil, principalmente o jardim de infância no que diz respeito a metodologia inovadora pautada no desenvolvimento integral da criança. Tais instituições destinadas aos filhos dos ricos, tinham a preocupação de educar, formar o ser social, cultivar os bons hábitos, espaços propícios ao desenvolvimento da criança.

Percebemos o dualismo presente na origem do atendimento à criança no Brasil: para os filhos da elite os jardins de infância, pautados no processo educativo com base na proposta pedagógica froebeliana. Para as camadas populares, os filhos dos operários e as crianças abandonadas, as creches pautadas na educação moralizante e no cuidado com a higiene e saúde.

O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternais – ou qualquer outro nome dado a instituição com características semelhantes às Salles d' asile francesa – seriam assistências e não educariam para a emancipação, mas à subordinação (KUHLMANN JR, 1999, p. 73).

Muitos estudos acerca da história da educação infantil no Brasil apontam e criticam o caráter assistencialista e não educativo das creches presentes na origem destas instituições. Entretanto,

[...] no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Ou seja, a educação não seria necessariamente sinônimo de emancipação. O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social a pobreza, já representa uma concepção educacional. (KUHLMANN JR, 2010, p.166)

Ao conceber uma proposta educacional assistencialista às crianças pobres, a instituição idealiza uma concepção pedagógica, segundo Kuhlmann Jr, (2010, p.166) “a pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão (...)”. O fato de se retirar a criança da rua e oferecer uma educação que prepare a criança pobre para o futuro, implica, intencionalmente em educar esta criança, preservá-la das más influências, maus costumes. Uma educação mais moral do que intelectual, diferente da educação para a emancipação, oferecida aos filhos da elite. Para as crianças pobres, uma concepção educacional assistencialista.

Segundo Kuhlmann Jr,

O sistema Froebel não é exclusivamente pedagógico, pois se implanta em instituições sociais e culturais, e as demais instituições também não deixam de ser pensadas a partir de idéias pedagógicas. A interpretação que acompanha a história da educação infantil, de que as instituições para crianças pobres, como creches e salas de asilos, tiveram uma identidade e uma trajetória distinta do jardim-de-infância com um caráter exclusivamente assistencial, distante de preocupações educacionais, desconsidera inúmeras evidências das inter-relações que produziram entre elas (KUHLMANN JR, 2010, p.25).

A partir de 1920, com as mudanças sociais e políticas ocorridas no país, os órgãos públicos começam a dispensar maior importância ao atendimento da infância brasileira. Em 1922, o Brasil sedia a última das exposições internacionais no Rio Janeiro, com o objetivo de exibir seus produtos e atributos de modernidade. De acordo com Kuhlmann Jr, (2010, p. 70) “(...) as instituições de educação infantil foram difundidas amplamente durante as Exposições Internacionais, como modernas e científicas, como modelos de civilização”.

Durante a Exposição, acontecia o terceiro Congresso Americano da Criança conjuntamente ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, tais eventos tinham como objetivo principal discutir assuntos que se referiam à criança a ser assistida, tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico. Com o congresso surgiram às primeiras regulamentações sobre o atendimento de crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância.

Na formação de um discurso renovador da escola brasileira, as décadas de 1920 e 1930 foram momentos importantes para a educação no Brasil. O movimento da escola nova promoveu mudanças, ressignificações em vários aspectos dos saberes e fazeres escolares. O aluno assume o centro da aquisição do conhecimento escolar, a pedagogia nova propõe a centralidade na criança na construção do conhecimento, conforme Souza, (2009, p. 219) “tratava-se de considerar o processo de desenvolvimento da criança que a escola deveria estimular oferecendo variadas experiências de aprendizagem”.

A Escola Nova tem como proposta central o deslocamento das atenções do professor para o educando. Valoriza os métodos ativos de ensino e aprendizagem, coloca a criança como centro do processo educacional levando em conta seus interesses e necessidades, dá ênfase à liberdade do aluno e confere importância aos estudos da psicologia experimental. (MONARCA, 2001, p.191)

As reformas educacionais difundiam-se pelo país - São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia -, buscando uma remodelação das escolas, alterando processos e

métodos, como também a concepção de criança, como afirma Carvalho (2011, p. 238), pretendiam uma mudança na “concepção da criança como elemento puramente receptivo”. Nesse contexto, os ideais escolanovistas difundidos neste período influenciaram a organização das instituições infantis, configurando um novo olhar para as instituições de atendimento a infância. Como declara Vidal, 2011, p. 498) “a escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. ”

Nesse período há uma propagação das escolas maternais, jardins de infância e creches. Segundo Kuhlmann Jr, (2010, p.88) “a difusão das instituições associava-se umbilicalmente à ideia de sociedade moderna e civilizada, à ideologia do progresso”.

Em 1932, o programa de renovação educacional do país educacional, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, previa, conforme Kuhlmann Jr, (2011, p.482) “o desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”.

Nos anos de 1940, surge mais uma proposta para o atendimento à infância, o parque infantil. Essa nova instituição começa a se estruturar em São Paulo, vinculado ao recém-criado Departamento da Cultura. A diferença desta proposta institucional era receber no mesmo espaço crianças de 3 ou 4 a 6 anos e crianças de 7 a 12 anos fora do horário escolar. Além disso, o parque infantil valorizava a cultura popular, como o folclore, a produção cultural e artística, as brincadeiras e jogos infantis. No mesmo ano de criação, a proposta de parques infantis espalha-se pelo interior do Estado de São Paulo e chegando também a outros estados.

Nessa mesma década foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), cuja finalidade era coordenar todas as iniciativas voltadas para a criança. Em 1942, o DNCr idealiza a Casa da Criança, uma instituição que reuniriam todos os estabelecimentos de atendimento à infância.

[...] em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim de infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola para o ensino da terra. (KUHLMANN JR, 2011, p. 484)

Considerações Finais

A finalidade desse artigo foi refletir sobre a trajetória da educação infantil no Brasil, priorizando as primeiras iniciativas nas décadas de 1870 a 1940. Através dos diálogos com os autores, pudemos analisar suas origens e suas especificidades.

À luz das reflexões, diante do percurso histórico percebemos o caráter assistencialista nas instituições destinadas às camadas populares, como também o caráter educativo moralizante, como afirma Kuhlmann Jr, (2011, p. 476) “cumpririam um papel de moralização da cultura infantil, aperfeiçoando seus hábitos, na perspectiva de educar para o controle da vida social (...)”.

A história da educação infantil revela que as creches tiveram uma trajetória distinta dos jardins de infância, marcada por divergências de concepções no que se refere às funções exercidas das instituições de atendimento à infância. Para a elite, jardins de infância com finalidades educativas priorizando o desenvolvimento integral da criança, já para as camadas populares, instituições de atendimento pautadas na educação moralizante.

Tendo em vista os pontos observados, até a década de 1940, a oferta de atendimento à criança deu-se de maneira muito tímida. Apesar das divergências de concepções no que se refere às funções exercidas das instituições, é notável nos diferentes discursos referentes as diversas propostas para a educação da infância brasileira sempre alegaram levar em conta as necessidades da criança, priorizando o desenvolvimento do indivíduo, quer seja uma educação moralizante, quer seja uma educação para a emancipação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P. 225-251.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 1998.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 469-496.

_____. **Infância e Educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. Educação Infantil e Currículo. In FARIA. A.L.G, PALHARES. M. S. **Educação infantil pós LDB:** rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira.** (1875-1983). Campinas, SP: Autores Associados (Coleção educação contemporânea), 2001. p. 3-30.

MONARCHA, Carlos (org). **Educação da infância brasileira.** (1875-1983). Campinas – São Paulo: Ed. Autores associados (Coleção educação contemporânea), 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Moraes. Os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil. In **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, p.57-70, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria:** História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 497-517.